

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	AREN.

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quêlse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quêlse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

SUPLENTE

(MDB).
Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 428-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do protocolado sob o n.º 6.371-72, de 17 de agosto de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Ayrton Alves Aranha, ocupante do cargo de nível "PL-25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 11 de março de 1964 e 11 de janeiro de 1969, antecipado em razão das férias relativas ao ano de 1967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de outubro de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 429-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 6.451-72, de 21 de agosto de 1972 e 6.930-72, de 05 de setembro de 1972 deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Rosa Filho, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1.971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio compreendido entre 20 de fevereiro de 1.962 e 20 de outubro de 1.971, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1.963 e 1.970, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 27 de abril de 1972, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de outubro de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 430-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.057-72, de 12 de setembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar, a Wilson Kaiel, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo 4-F, por ter exercido as funções de Chefe da Seção de Regime Legal, do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, durante o mês de setembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de outubro de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 159.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 23 de Outubro de 1972 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Domício Scaramella, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Rosário Pitelli.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisostomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo e Sebastião Rodrigues Júnior, (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 Srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 72-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 233-70, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de 1.º de Maio, um terreno com área de 1.680,00 m², constante das datas n.ºs 18, 19 e 20, da quadra n.º 54, da Vila Progresso, no referido Município. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 73-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 160.ª Sessão Ordinária Realizada em 23 de Outubro de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisostomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior. que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

M E N S A G E N S :

MENSAGEM 50-72

Curitiba, 4 de outubro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de junho de 1972, entre os Governadores dos Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), objetivando promover a extinção da referida Comissão Interestadual.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

Convênio que assinam os governadores dos Estados, Membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU)

Os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, integrantes da "Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí", órgão técnico-administrativo criado em decorrência do Convênio entre eles celebrado aos 08 de setembro de 1951, neste instrumento representados por seus respectivos Governadores.

CONSIDERANDO que a "Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí", como órgão técnico-administrativo estruturado pela Lei n.º 2018, do Estado de São Paulo, Unidade Federativa sede da Comissão — datada de 23 de dezembro de 1952, foi criado com vistas ao planejamento de empreendimentos que atendessem aos objetivos do citado convênio de 08 de setembro de 1951, legalmente ratificado por todos os Estados interessados, ou seja, o transporte da região, o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná e seus afluentes, o aproveitamento de combustíveis e zoneamento econômico, bem assim a obtenção de meios para financiamento dos estudos e projetos das obras programadas, possibilitando o custeio de sua execução;

Considerando que, nos 20 anos de exercício de suas atividades, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí cumpriu, satisfatoriamente, a missão que a lei lhe atribuiu, através da realização de inúmeros estudos e projetos, tanto na área da engenharia como na do planejamento econômico, dando ensejo, inclusive, a que a engenharia nacional demonstrasse sua capacidade técnica na construção de obra do porte do "Conjunto Hidroelétrico de Urubupungá";

CONSIDERANDO que, atualmente, órgãos criados, tanto na esfera federal como nas estaduais, vêm exercendo atividades de natureza idêntica às atribuídas à Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí;

CONSIDERANDO que desatenderia às normas de boa política administrativa manter-se a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, fazendo-a desenvolver, paralelamente a outros órgãos oficiais, atividades semelhantes, apenas para que se exaurisse o prazo de duração de vinte e cinco anos, fixado no Convênio aprovado por lei de cada um dos Estados signatários;

CONVENCIONAM promover a extinção da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I — O Patrimônio e o Fundo Patrimonial criado pela Resolução n.º 72 do Conselho Deliberativo da Comissão, datada de 11 de dezembro

le 1967, serão distribuídos entre os Estados signatários do Convênio, o primeiro, na proporção das respectivas contribuições e, o segundo, na proporção das respectivas participações.

CLAUSULA II — O Órgão Executivo da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí ficará incumbido de proceder à apuração do Patrimônio e de propor sua partilha, extinguindo-se depois de ultimada a divisão desse Patrimônio e do Fundo Patrimonial.

CLAUSULA III — O Estado de São Paulo, por sua Administração ou por intermédio de entidade a ela vinculada, se sub-rogará nos direitos e obrigações decorrentes de convênios ainda em execução, cujo valor será apurado nos termos e condições neles estipulados, e computado para efeito da partilha do patrimônio a que se refere a cláusula anterior.

CLAUSULA IV — O Relatório de apuração do Patrimônio, com proposta da partilha entre os Estados signatários do Convênio de 08 de setembro de 1951, bem como da divisão do Fundo Patrimonial entre os mesmos Estados, deverá ser submetido pelo Órgão Executivo à prévia aprovação do Conselho Deliberativo da Comissão, até 31 de dezembro de 1972.

CLAUSULA V — Aprovado o Relatório objeto da cláusula anterior, o Conselho Deliberativo da Comissão considerará-se-a, para todos os efeitos, dissolvido.

CLAUSULA VI — O Estado de São Paulo, por sua Administração ou por intermédio de entidade a ela vinculada, assume a responsabilidade pelas obrigações resultantes dos contratos de trabalho celebrados e credenciamentos feitos pela Comissão, mantidas as condições desses contratos e credenciamentos.

CLAUSULA VII — O acervo de dados e de informações técnicas e científicas reunido pela Comissão será transferido para o Estado de São Paulo obrigando-se este a prestar as informações solicitadas pelos Estados signatários do Convênio, que ora se extingue, sobre matéria que o constitui.

CLAUSULA VIII — Ratificado este Convênio pelas Assembleias Legislativas dos Estados, integrantes da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, o Órgão Executivo de que trata a Cláusula II terá o prazo de até 6 (seis) meses para a divisão do Patrimônio e do Fundo Patrimonial, podendo, exclusivamente para esse fim, proceder às alienações, por vendas que se fizerem necessárias.

CLAUSULA IX — Para o fim da ratificação deste Convênio, pelas Assembleias Legislativas, obrigam-se os Governos dos Estados signatários a submeter-lhes, dentro de 30 (trinta) dias contados da data deste Convênio, o projeto de lei correspondente, fixando-lhes o prazo mínimo constitucional para a sua aprovação.

E por se acharem os Governadores dos Estados que integram a Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguaí de acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, as quais mutuamente aceitam e ratificam, assinam este Convênio em dez vias.

São Paulo, 12 de junho de 1972.

José Manuel Fragelli — Governador do Estado de Mato Grosso
Leonino de Ramos Caiado — Governador do Estado de Goiás
Rondon Pacheco — Governador do Estado de Minas Gerais
Laudon Natel — Governador do Estado de São Paulo
Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado do Paraná
Colombo Machado Salles — Governador do Estado de Santa Catarina
Euclides Triches — Governador do Estado do Rio Grande do Sul

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 51-72

Senhor Presidente:

Curitiba, 5 de outubro de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinados a subscrição, pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de Capital da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 640-72, de 4 do corrente mês, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, esclarece, com os necessários detalhes, a significação, oportunidade e o alto interesse da Administração na aprovação da medida legal ora proposta a essa Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos e a urgência na execução da medida, eis que, o direito que tem o Estado do Paraná de subscrever ações, no valor nominal, deverá ser exercido em prazo certo, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinados a subscrição de ações do Capital Social da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS na forma que abaixo especifica:

ÓRGÃO PRINCIPAL: — SECRETARIA DA FAZENDA — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO;

UNIDADE EXECUTORA: — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO.

4.0.0.0 DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 INVESTIMENTOS

4.1.5.0 Participação em Construção ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas Cr\$ 5.400.000,00

Art. 2.º — Como recurso para a abertura do presente crédito especial o Poder Executivo poderá cancelar igual valor no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.263, de 03.12.71.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ações subscritas e integralizadas pelo Governo do Estado do Paraná no Capital Social da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, até o limite de 10.000.000 (dez milhões) de ações.

Art. 4.º — Fica expressamente revogada a Lei n.º 5.393, de 02 de setembro de 1966.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Of. N.º 640-72

Senhor Governador:

Curitiba, 4 de outubro de 1972.

Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência minuta de An-

teprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), tendo em vista o direito que tem o Estado do Paraná na subscrição de 5.385.268 (cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e duzentas e sessenta e oito) de ações no aumento de Capital da Petróleo Brasileiro S. A. PETROBRAS, ao valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada.

Conforme instruções emitidas pela PETROBRAS, a subscrição será efetuada mediante o seguinte esquema:

1. de 11.09.72 a 09.11.72 — Recebimento de subscrição e Pedidos de Bonificação;
2. de 02.10.72 a 11.12.72 — Recebimento do valor subscrito e entrega das cautelas.

A justificativa para abertura do presente crédito prende-se ao fato de que o Governo do Estado tem direito de subscrever Cr\$ 5.383.268,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros), no aumento de capital autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 07.07.72 da Petróleo Brasileiro S. A.

O total de ações que o Governo possui até hoje é de 24.478.496 e receberá bonificações no valor nominal de Cr\$ 4.895.699,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros).

A subscrição a ser efetuada será pelo valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada, vantajoso para o Governo, pois a cotação em Bolsa Oficial de Valores tem se situado em torno de Cr\$ 3,20 (três cruzeiros e vinte centavos) por ação. Se o Governo do Estado não exercer o seu direito de subscrição, estará deixando de ganhar Cr\$ 11.000.000,00.

Outra vantagem com a subscrição é o fato de que as ações da PETROBRAS, exceto do Banco Oficial, é a única forma de garantia de operações de crédito, sendo plenamente aceita pelas entidades financeiras, as quais adotam, inclusive, as ações com valor próximo da cotação oficial, aumentando desta forma as possibilidades quanto ao montante da operação.

Considerando que as ações da PETROBRAS apresentam excelente liquidez, se constituem, portanto, num elemento adequado para que, através de sua venda, se obtenha recursos adicionais destinados à cobertura de eventuais deficiências de Caixa do Tesouro Geral do Estado.

Visando atender essa finalidade, tem o Poder Executivo a necessária autorização legislativa para alienar 10.000.000 (dez milhões) de ações que, praticamente, correspondem ao total das ações a serem subscritas (5.385.268) acrescidas das bonificações a receber (4.895.699,00).

O artigo 4.º do presente Anteprojeto revoga expressamente a Lei n.º 5.393, de 02.09.1966, visto que o Departamento de Estradas de Rodagem cumprirá integralmente com os compromissos que originaram aquela Lei, dando assim condições para que o produto dos dividendos das ações da PETROBRAS seja recolhido ao Tesouro Geral do Estado, pois essa receita era retida pela Empresa como garantia de financiamento, conforme Convênio celebrado.

Ao ensejo apresentamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e real consideração.

(a) MAURICIO SCHULMAN — Secretário da Fazenda
A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os ns. 204, 205 e 206-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns:

292-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 49-71, que institui a Fundação Instituto de Terras de Cartografia do Estado do Paraná — I. T. C., o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.316. — Agradeça-se.

59-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 49-71, que cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.321. — Agradeça-se.

60-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 49-71, que estabelece a cota de ocupação de terras devolutas e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.322. — Agradeça-se.

127-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 38-72, que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.323. — Agradeça-se.

Sob o n.º 1.323-72, do Senhor José Carlos de Avellar, Comandante da Polícia Militar do Estado, solicitando que, na apreciação do Projeto de Lei do Senhor Deputado João Fadel, versando sobre dispositivo da Lei de Promoções dos Oficiais — PM, seja considerada a vinculação das Polícias Militares ao Exército Nacional, através do Estado Maior do Exército, Inspeção Geral das Polícias Militares, que, por força de disposição Constitucional, repete no Decreto-Lei Federal n.º 667-69, são reservas do Exército Nacional e se regem especificamente por Legislação Federal e pelas leis peculiares a cada Estado da Federação. Assim, é imperativo legal o parecer favorável do Estado Maior do Exército (IGPM), para, estabelecimento ou modificação da legislação peculiar, estadual nos seus aspectos mais relevantes, como é o caso da Lei de Promoções. — Ao conhecimento da Casa e do Sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 393-72, do Senhor Deputado Antonio Correia de Oliveira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, dando conhecimento a esta Casa que foi aprovado por aquele Legislativo, Indicação n.º 1217, de autoria da Deputada Aracy de Souza, consubstanciada em apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de que a prestação do Serviço Militar se torne extensivo à mulher brasileira, tendo em vista a valiosa contribuição que ela poderia prestar ao serviço ativo das classes armadas, a exemplo do que vem ocorrendo em outros setores de atividades da vida nacional. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Renato Behara Amim, Delegado Regional do Paraná, na Associação dos Servidores Civil do Brasil, convidando a Presidência desta Casa, para participar do I Congresso Nacional dos Servidores Cíveis do Brasil — Ativos e Inativos, que se fará realizar na capital do Estado de São Paulo, no período de 22 a 28 de outubro do ano em curso. — Ao conhecimento do Sr. Presidente.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

— De autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 175-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Pedutado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais Requer após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Adla Abujanra Nacli, progenitora do Deputado Fuad Nacli.

Outrossim solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, a rua Mauá n. 1.114.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1.972

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais Requer após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Roseli Garcia Bastos.

Outrossim solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, rua Urbano Lopes 272 — Cajuru.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1.972

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais Requer após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Laura Jareski de Lima.

Outrossim solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, à rua Brigadeiro Franco, 1.433.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1.972

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais Requer após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dalila Walger.

Outrossim solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, Av. Iguaçu, 2.141.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1.972

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Na região do norte pioneiro, setor de Cornélio Procópio, está ocorrendo sérias dificuldades no transporte de bovinos de um Estado para outro. Para o referido transporte é exigido uma guia de liberação — Certificado de Inspeção Sanitária Animal (modelo 4). Ocorre que na região norte pioneiro só existem veterinários credenciados para expedição da referida guia em Jacarezinho e Londrina. Os pecuaristas da região de Cornélio Procópio e que possuem propriedades em outros Estados estão encontrando sérias dificuldades para o remanejamento do gado, por falta de veterinário.

Assim, com o sentido de facilitar não só aos pecuaristas de Cornélio Procópio, mas de um setor que engloba vários Municípios é que solicitamos após ouvido o Plenário desta Casa, se oficie ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Afonso da Silveira, presidente da GEFOFA — Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa do Paraná, solicitando sejam tomadas as seguintes medidas:

a) — nomeação de Veterinários para atender o Setor de Cornélio Procópio;

b) — não sendo possível a nomeação de imediato, solicitamos seja estudada a possibilidade de se credenciar os Veterinários da CAFAP — Companhia da Febre Aftosa do Paraná, mediante acordo que poderá ser firmado.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1972.

(a) Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após o Plenário, seja enviada sugestão ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social, no sentido de que aquela autoridade estude a possibilidade de instalação de uma agência daquela autarquia no Município de Faxinal.

Possue o INPS em Faxinal um agente, mas não tem qualquer local para atendimento dos seus beneficiários, que na região, ascendem a mais de dois mil dependentes, que, em casos da necessidade de tratamento, têm que se deslocar para o Município de Apucarana, distante 100 kms do local.

A credenciação de um hospital local também solucionaria o problema que já vem se tornando aflitivo pela falta de uma ação imediata.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1972.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da COPEL, apelando no sentido de que se determine providências para a instalação de um transformador no Distrito de Santo Antônio, Município de Bituruna.

Nosso requerimento está fundamentado na justificativa de que por aquela localidade passa a linha de transmissão da COPEL e para que sua população obtenha benefícios, é necessário apenas que se coloque o transformador.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1972.

(a) Domicílio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, Requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura do Paraná, solicitando-lhe as determinações no sentido de serem fornecidos meios financeiros à Federação Paranaense de Basquete, a

fim de que a Seleção Estadual daquela modalidade esportiva possa se fazer presente no Campeonato Brasileiro de Basquete, a realizar-se no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia autêntica de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

3.º — seja, ainda, encaminhado expediente à Federação Paranaense de Basquete, dando-lhe ciência deste requerimento em todo o seu inteiro teor.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1.972

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A imprensa diária da Capital do Estado tem registrado com certa insistência a situação de penúria pela qual passa o desporto amador em nosso Estado, totalmente marginalizado no que se refere aos programas de incentivo, promoção e desenvolvimento das diversas modalidades, pela total ausência de atuação do poder público no setor.

Particularmente, deve-se destacar a situação da Federação Paranaense de Basquete, dirigida por uma plêiade de abnegados esportistas que, para projetar o Paraná no cenário esportivo nacional não têm medido esforços e sacrifícios, eis que não contam nem com o chamado apoio moral por parte das autoridades, que lhe dê condições mínimas de execução de uma política adequada aos interesses do esporte amador e seu desenvolvimento em nosso Estado.

Agora, devendo ser realizado no próximo mês de novembro vindouro, em Belém, Capital do Pará, o Campeonato Brasileiro de Basquete passa o nosso Estado pela condição vexatória de correr o risco de não se fazer representar no certame porque a Federação Paranaense de Basquete não dispõe de meios financeiros para as passagens e estadia dos atletas e demais membros da delegação. Situação tanto mais condenável quando é do conhecimento de todos que o Governo Federal está pondo em execução uma esclarecida política de amparo ao esporte amador em todo o território nacional, com finalidade, inclusive, de impedir a repetição de apresentações páldas como a da Delegação Brasileira nas recentes Olimpíadas de Munique.

Entendendo, portanto, ser do máximo interesse do desporto estadual que a Seleção de Basquete representante do Paraná, possa disputar o próximo Campeonato Nacional da Modalidade, e achando, ainda que em situações como a presente o Poder Público não pode omitir-se e deverá saber tornar-se centro impulsor da prática desportiva entre a nossa juventude, tenho por certo que o Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura bem receberá esta nossa iniciativa e solucionará o problema exposto, como, ainda, adotará medidas que evitem, no futuro, a repetição do mesmo.

Os nobres Deputados certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao 1.º orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em reunião realizada dia 13 próximo passado, houve por bem adotar medidas especiais e que foram apresentadas pelo Instituto Brasileiro do Café e o Ministro de Indústria e Comércio, todas de apoio à cafeicultura, tendo em vista a necessidade de fortalecer a produção do café atingida pela geadas.

Ocorre, entretanto, que a resolução foi específica, determinando que fossem liberados recursos para a rede bancária que opera nos programas de financiamentos, somente para o plano de plantio no período de 71-72.

Assim os cafés plantados dentro do Plano de Renovação 71-72 tiveram autorização para a correção das parcelas de financiamento sendo complementados com acréscimo de Cr\$ 0.50 (cinquenta centavos), por pé, passando de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros), para Cr\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos).

O mesmo não aconteceu com os contratos feitos no período 70-71 e financiados a Cr\$ 1,60 (um cruzeiro e sessenta centavos). E foi exatamente dentro deste plano que se plantou um número considerável de pés de café no Paraná.

A quase totalidade dos cafés plantados no referido período sofreu os efeitos das últimas geadas que a princípio pareceu de pouca significação. Hoje o panorama se apresenta muito mais grave, uma vez que a geadas atingiu o próprio pé de café e não simplesmente suas folhas como a princípio se supunha.

A Junta Consultiva do Instituto Brasileiro do Café, através de sua Comissão de Agricultura e em reunião realizada no último dia 19, deliberou também solicitar medidas acauteladoras para a cafeicultura do Paraná colaborando assim com os altos propósitos do Instituto Brasileiro do Café que é de proporcionar o aumento de produção através de novos cafeeiros.

Por todos os motivos expostos e procurando colaborar para que o louvável e extraordinário Plano de Renovação de cafeeiros propostos pelo Governo Federal, não tenha o seu índice de produtividade diminuído, é que propomos ao Plenário desta Casa para que se oficie ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café sugerindo que:

a) — sejam contemplados através de adicionais, e com os mesmos níveis de reajustes, também os contratos de cafés plantados nos períodos anteriores a 71-72;

b) — prorrogar por mais um ano o prazo de plantio previsto, uma vez que as mudas existentes em viveiros também foram atingidas pelas geadas;

c) — prorrogar para um ano os vencimentos das parcelas de resgates dos financiamentos dos contratos já feitos, e que tenham sido atingidos pela geadas.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1.972.

Ass. Rosário Pitelli

Era este o requerimento que queria submeter a apreciação da Casa. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, 1.º orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Talvez pela quinta vez assomamos à Tribuna desta Casa para falar sobre turismo no Paraná.

O Deputado Túlio Vargas, em 27 de julho deste ano, proferiu discurso, no Congresso Nacional, e mandou imprimir com o título "De Brasília a Foz do Iguaçu"; dois discursos, um sobre Brasília e outro sobre a nossa Foz do Iguaçu. E nesse, sobre Foz do Iguaçu, disse da necessidade imperiosa e urgente de criar-se, em Foz do Iguaçu uma zona franca, a exemplo do que existe em Manaus.

Este também é um velho sonho meu. Já em 67, na legislatura anterior, proferi um discurso nesta Casa, do qual tenho cópia, onde preconizava a instalação de uma zona franca, porque entendia, ser questão vital, inclusive do sobrevivência para aquele Município.

Isto foi em 27 de maio de 1967, sob pena de Foz do Iguaçu ter um futuro dos mais desgraçados e dos mais graves.

Naquela oportunidade O Ministro Costa Cavalcanti, Ministro do Interior, manifestou-se contrariamente, dizendo que a criação de uma zona franca em Foz do Iguaçu, prejudicaria sensivelmente aquela já instalada em Manaus. Nós jamais poderíamos admitir que essa afirmativa fosse válida, porque uma está instalada num extremo do país e a outra, a que nós solicitávamos que fosse instalada, está no outro extremo, distante 4 horas de avião a jato.

Razão porque entendemos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, que devemos continuar a batalhar por essa idéia, idéia nossa e se nós nos abstermos, se nós nos encolhermos, por certo o sr. Ministro Costa Cavalcanti, que ainda é Ministro do Interior, não daria ouvidos a nossos reclamos e solicitações.

A criação da zona franca em Foz do Iguaçu, sem favor nenhum, é de capital importância para o progresso daquela região. Se temos facilidade em atravessar a Ponte da Amizade e comprarmos do lado de lá certa quantidade de mercadorias, e voltarmos tranquilamente pela Ponte, porque razão não comprarmos esses mesmos artigos em território brasileiro, logicamente em Foz do Iguaçu?

A intransigência do Ministro Costa Cavalcanti é incompreensível e injustificável, por razões que ele não esclarece e apenas diz que prejudica a zona franca de Manaus. Ele que diga porque haveria prejuízo em Manaus se essa fosse implantada em Foz do Iguaçu. Quais os prejuízos que adviriam à zona de Manaus, se aquela em Manaus dentro de pouco tempo vem alcançando seus objetivos. Não entendemos porque S. Exa. não permite que se instale uma idêntica em Foz do Iguaçu.

O Deputado Túlio Vargas, em amplo discurso pronunciado em Brasília, com apêndices de diversos Deputados da ARENA que foram solidários com S. Exa. na explanação feliz desse ilustre Deputado, foram unânimes em afirmar que, não obstante não conhecerem a região como conhecia o Deputado Túlio Vargas, entendiam também que essa zona deveria merecer as benesses do Ministro Costa Cavalcanti.

Depois desse ligeiro retrospecto, desse ligeiro intróito, nós poderíamos tecer uma série de considerações, como em 1967 já fizemos desta Tribuna.

Desnecessário se torna, Sr. Presidente, porque Foz do Iguaçu, através de seu Departamento de Divulgação e Turismo, tem vivido dias agitados, procurando sensibilizar autoridades do Governo Federal, para que nossa idéia, levada ao Congresso Nacional pelo Deputado Túlio Vargas, por duas vezes, encontre a receptividade que pretendemos, sob pena de voltarmos aqui, uma, duas, dez vezes, quantas forem necessárias, para que nossa idéia vingue em benefício daquela região.

Hoje pretendemos endereçar um Requerimento ao Sr. Ministro do Planejamento e Ministro do Interior, a Embratur e Paranatur, Requerimento esse que diz respeito a nossos balneários, aos nossos pontos de turismo no litoral. O requerimento está vasado nos seguintes termos: (lê):

Senhor Presidente:

Com a aproximação da temporada de veraneio, a demanda ao litoral paranaense avoluma-se e, assim, tornam-se necessárias medidas concretas, encaminhadas com certa antecedência, no sentido de criarem-se condições para que o nosso litoral, tanto os balneários como os centros de atração turística, possam absorver o crescente volume de turistas.

Trata-se de evitar a evasão de milhões de cruzeiros não só para outros Estados, como para o exterior, como tem ocorrido ultimamente.

No entanto, Senhor Presidente, não se tem conhecimento de um plano de valorização do litoral paranaense, que responda a essa premente exigência, apesar de o turismo constituir hoje uma das mais importantes metas do Governo Federal, por ser um dos valiosos componentes da riqueza de um Estado.

Desde o suprimento de energia elétrica, a captação e distribuição de água potável, desde a urbanização à rede viária em condições de propiciar eficiência, desde as comunicações radio-telefônicas às interligações comunitárias, todos os problemas do nosso litoral deveriam estar abrangidos por amplo e global planejamento, de execução a curto, médio e longos prazos, para proporcionar ao paranaense os meios de utilizar o merecido lazer, a iniciativa empresarial, a justa compensação pelos investimentos e ao erário, o correspondente fluxo tributário.

Nestes termos, Sr. Presidente, requeiro se digno V. Exa., de endereçar expediente contendo apelo ao Ministério do Interior, à EMBRATUR e à PARANATUR, no sentido de que tais órgãos dispensem ao litoral paranaense uma atenção especial, na medida da importância turística que representa e com a presteza que a situação de marginalidade está a exigir.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1972".

Além das palavras contidas neste Requerimento é do conhecimento de V. V. Exas. um gigantesco plano que tem em mira a PARANATUR para dar à Ilha do Mel, sem dúvida alguma um dos lindos recantos do Paraná, tudo o que seja necessário a fim de que lá se estabeleça uma fonte de turismo.

Entretanto, o que se percebe, apesar das publicações feitas nos jornais por solicitação da PARANATUR, é que não existe um plano diretor, nada de concreto para que essa idéia prossiga. O que se percebe é a vontade razoável desse órgão, PARANATUR, no sentido de propiciar que a Ilha do Mel se transforme num local de turismo. Para isto, seria necessário que a estrada Praia de Leste a Ponta do Sul fosse pavimentada. São apenas 18 quilômetros. Sem essa estrada pavimentada as condições de acesso não são fáceis. Com ela pavimentada tudo seria mais fácil, pois de Ponta do Sul até a Ilha do Mel são quatro milhas. Uma lancha com motor "Catalina" poderia fazer a travessia em quinze minutos; e uma com motor mais potente poderia fazer a travessia em apenas cinco minutos. Mas, para isso, seria necessária a construção de um ancoradouro na Ilha do Mel e outro em Ponta do Sul. Já existem estudos para que Ponta do Sul possa ter um pequeno ancoradouro. Se isto for feito não custará muito aos cofres do Governo Federal. Existem promessas do Sr. Mário Andreazza, Ministro dos Transportes e do Almirante Zavam Bogossian, Diretor do D.N.P.V.N. para que sejam feitos ancoradouros em Ponta do Sul e na Ilha do Mel.

Sem isto não teremos condições de incentivar o turismo e fazer com que sejam conhecidas as belezas naturais da Ilha do Mel. Como já disse é um local lindíssimo.

Tenho certeza que este Requerimento nosso aprovado pela Casa e encaminhado àquelas autoridades, fará com que eles sintam a premência de tempo, a necessidade imperiosa de podermos contar com a boa vontade, com a simpatia do Governo Federal, sem o que jamais poderíamos pensar em tu-

rismo, no Paraná. Sua Excelência, o Governador Parigot de Souza tem obrigação, tem o dever precípuo de levar o nosso reclamo a essas autoridades, para que eles tragam os benefícios que tanto o Paraná necessita; sem turismo, o Litoral está fadado a desaparecer, há o desemprego que existe no Litoral por razões que não nos cabe levar ao conhecimento de V. V. Exas. nesta Tribuna, mas, é preciso que exploremos a maior indústria de dinheiro, a maior indústria que hoje existe no Brasil, que é a de turismo. Oxalá o Governo Federal atenda a nossa solicitação não para fazer média com a região que representamos nesta Casa, mas sim para fazer justiça.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É sabido e comentado por todos, o esvaziamento da representação política, nos dias em que vive a Nação. O processo eleitoral que servia outrora como um critério seletivo para apurar, pelo menos em tese, os homens mais capacitados ao exercício do Poder perdeu agora esse sentido e até parece, mesmo, que se destina ao objetivo diametralmente oposto, ou seja, identificar aqueles que não devem chegar ao Poder.

Voto — coisa que marca, que individualiza aquele que o obtém no sentido de identificá-lo, por aqueles que detém o mando político da Nação, como incapaz para o exercício do Poder. Desta forma, não é de se estranhar o esvaziamento que se registra, a dificuldade em se encontrar candidatos sobretudo candidatos mais capazes, porque o processo político eleitoral termina, apenas, onde deveria começar a seleção para aqueles que deveriam ocupar os Executivos Estaduais e até mesmo a Presidência da República. Da mesma forma, as Capitais dos Estados têm os seus Prefeitos nomeados. Pouca sedução, é óbvio, há de exercer sobre a juventude e sobre aqueles que pretendem o poder político, o processo político eleitoral.

Por esta razão nós, ao tomarmos contacto com um editorial publicado na imprensa nacional, transcrição do "Jornal do Brasil", Eclésiás, do Arcebispo de São Paulo, lembramo-nos, pela oportunidade com que o assunto é abordado, de trazer aos Anais desta Casa para que aqui fique registrado, mais este depoimento, dos dias que vive a Nação Brasileira, no plano político-institucional.

Os termos da publicação são os seguintes: (lendo)

"O panorama eleitoral brasileiro não é nada animador. Os partidos continuam à caça de candidatos e os que aceitam a sua indicação, não raro, se arrependem bem depressa. Os eleitores vegetam na mais impressionante apatia geral. Quando muito se vêem um ou outro carro, ou bar, com o nome dos primeiros, desanimados candidatos. Em geral por questão de amizade e não por vibração cívica.

Esses sintomas não revelam uma democracia vigorosa. Qual o motivo de uma tal apatia? Quais as razões dessa indiferença? Por acaso a "coisa pública", os destinos da coletividade não interessam mais ao homem comum? Porque o contraste entre a vitalidade da democracia norte-americana, por exemplo, e a nossa?

O momento em que nos encontramos, há apenas mês e meio das eleições administrativas, para prefeitos e vereadores, vem com oportuna ocasião de uma serena análise da realidade brasileira, na qual se encontram as causas do sintomático indiferentismo do brasileiro hoje.

Em 1963, era o caos político. Nada menos de 14 partidos disputavam um míngua eleitorado e as frequentes eleições. Muitos deles diferiam apenas na sigla, identificando-se nos programas e plataformas eleitorais. Quase todos, para não dizer todos, infiltrados de políticos carreiristas, inescrupulosos, verdadeiros aproveitadores do patrimônio nacional. As decepções dos eleitores atingiram seu ápice com a renúncia intempestiva, e ainda nebulosa, de Jânio Quadros, guindado ao poder pela maior votação já recebida por um candidato a presidência da República. Ótimo caldo de cultura, esse, para a seiva dos movimentos extremistas, geradores de uma insegurança total.

Veio o movimento de março de 1964. Paulatinamente, foram sendo tomadas medidas como indiscriminada supressão dos partidos, artificial criação do bipartidarismo, múltiplas e duras cassações de mandatos, alteração profunda das normas institucionais, com a imposição de eleições indiretas, a ampliação dos municípios considerados áreas de segurança nacional, a destituição de governadores, prefeitos e câmaras, com a consequente intervenção federal em Estados e cidades.

Decorridos 8 anos a situação continua inalterada. O resultado em tal contexto não poderia ser outro senão essa geral apatia, sinal de verdadeira descrença na dinâmica da democracia. Que entusiasmo pode ter o político, se é perigoso discordar do Governo, se é correr graves riscos militar na Oposição? Como empregar-se por disputas eleitorais de segunda classe, já que as eleições indiretas impossibilitam concorrer para os mais altos cargos? Por que empenhar-se no jogo democrático se uma possível eleição poderá ser atalhada pela espada de Dâmocles de uma provável cassação? Ou se, investido no cargo, não terá a necessária benevolência e cooperação dos escalões superiores, para um efetivo serviço da coletividade?

A realidade aí está, comprovando, até a evidência, que só a plenitude democrática estimula, realmente, o processo eleitoral, levando à arena política os melhores cidadãos do País. Para demonstrar que as limitações e cautelas absolutamente necessárias não desviam da política as verdadeiras vocações.

E despertam junto do povo o gosto pela participação nos destinos da Pátria. Em meio a essa geral indiferença, o que mais nos impressiona é a ausência das novas gerações em um País tão jovem. Os que mais costumam vibrar pela dinâmica eleitoral, nas grandes democracias do Ocidente, são exatamente os jovens. É certo que o característico ardor da juventude, quando se entrega à militância política, pode prejudicar a serenidade exigida pelo processo democrático, pode interferir, negativamente, até mesmo na vida universitária e no aproveitamento nos estudos. Mas vem a propósito perguntar-se o que é pior: se tais excessos, para os quais há meios coercitivos, eficazes, ou esse indiferentismo, reelador de uma democracia, doente, falha de imaginação, em que os destinos da Pátria são decididos por poucos, de alto a baixo, e por imposições esterilizantes.

Costuma-se apresentar o voto como um direito. Há verdade nisso. Nós, porém, sempre o preferimos apresentar como um dever. Um sagrado dever, ampliação do próprio amor filial, que sai do círculo doméstico e se expande até a Pátria. Direito de todo cidadão legalmente habilitado — e o Estado deve tudo fazer para habilitar o maior número possível de seus súditos a votar e poder ser eleito —, o voto livre, consciente e adulto é legítima demonstração de amor ao próprio povo. Exercer tal direito e cumprir tal dever é participar, com responsabilidade, dos destinos da Nação. Tudo, pois, que facilite tais atitudes corresponde aos mais profundos anseios da alma nacio-

nal. Tudo que as dificulta é marcadamente negativo e deformador da personalidade do cidadão, não interessando ao País enquanto tal.

Embora urgente a tonificação do processo eleitoral, descremos da possibilidade de conseguí-lo, enquanto não retornarmos a plenitude democrática continuaremos vegetando em raquitismo democrático, enquanto o povo não puder participar, livremente da vida e dos rumos do País".

Esta, Srs. a publicação (Eclicia, do Arcebispo de São Paulo do "Jornal do Brasil") e faço a leitura para que conste dos Anais desta Casa. É um documento de fonte insuspeita ao Governo Federal, aos órgãos de Segurança, clamando pelo retorno das liberdades democráticas e pelo direito do povo de voltar a escolher livremente aqueles que não hão de dirigir os Estados brasileiros e o poder central da União.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos. Está livre a palavra

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando o ensejo da presença, na sessão de hoje do nobre Deputado Líder do Governo, João Mansur, queremos que S. Exa. seja portador de um apelo ao Sr. Governador do Estado. Há cerca de um mês fizemos um apelo a S. Exa. para que providenciasse, com a urgência que o caso requeria, um estudo sobre os vencimentos do funcionalismo da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Naquela oportunidade, dissemos que não adiantava equipar somente a Polícia Civil, com viaturas novas, com equipamento moderno, se não se olhasse o homem; se não se procurasse dotar a Polícia Estadual de elementos realmente capazes e que esses elementos capazes só poderiam ser conseguidos através de um concurso público e desde que os vencimentos fossem convidativos para que o cidadão ingressasse na difícil carreira da Segurança Pública.

Esta campanha que vinhamos fazendo data de muitos meses; não foi só agora, porque a questão já foi levantada nos clubes de unidades de serviço, por brilhante jurista de nossa Capital, Dr. Renato Requião. Não nos preocupamos demagogicamente com a situação da Polícia Civil deste Estado. Já no Governo passado, de Paulo Pimentel, lutávamos para que a Mensagem provin da daquele Governo, que criava a FUNRESPOL, Fundo de Reequipamento da Polícia Civil, fosse aprovada. Esta Casa deu ao Governo do Estado os instrumentos necessários para que a Polícia fosse reequipada no setor material. Mas, como não é da iniciativa desta Casa, leis que versam sobre o funcionalismo público, é que esta Casa também, por unanimidade, votou Requerimento, solicitando ao Governo do Estado que de imediato estendesse a toda a Secretaria de Segurança Pública, os benefícios da dedicação exclusiva a fim de proporcionar melhores vencimentos à difícil missão que desempenha na sociedade paranaense. Infelizmente, até a presente data o Sr. Governador do Estado, muito estranhável, para mim, que vejo em S. Exa. um homem preocupado com os problemas da coletividade, mas até o momento ainda não se pronunciou a respeito e sabemos perfeitamente que não adianta reequipar a Polícia Civil e continuarem os agentes policiais ganhando 400 cruzeiros por mês. É evidente que existem exceções, mas ganhando apenas 400 cruzeiros, geralmente esses agentes resvalam para outros caminhos. Não é o agente cem por cento defensor da lei. O homem precisa viver e dedica as horas vagas a outras atividades para complementar o orçamento doméstico. 400 cruzeiros por mês! Não cabe na cabeça de ninguém, com bom senso. É preciso que se pague melhor à Polícia Civil para dela exigir o que a sociedade mais necessita que é a proteção.

Hoje é um verdadeiro descalabro o que vem acontecendo no setor de segurança. Não vemos a Secretaria de Segurança Pública dar uma nota tranquilizadora à população curitibana. Pelo contrário, estão omitindo aos jornais, à imprensa escrita e falada, os sucessivos assaltos ocorridos na Capital e em todo o Estado do Paraná. A justificativa para esta omissão, é a de que a publicação dos assaltos, dos roubos, dos crimes possa alarmar a população paranaense. Mas a população já vive alarmada e não tem sossego nem dentro do próprio lar.

Vimos esta semana um professor universitário, uma vida jovem, ser ceifada dentro do lar por assaltantes. Não é se omitindo da imprensa esses incidentes, que se vai consertar a situação. Deve-se dar conhecimento à população para que tome precauções, desde que não se pode contar com o auxílio cem por cento da Polícia.

Acredito que o Governador do Estado não se mostrará insensível ao apelo de toda a população curitibana, já não digo da Assembléia Legislativa, mas de toda a população curitibana.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Erondy Silvério, quero cumprimentar V. Exa. pela oportunidade de seu pronunciamento. V. Exa. se referiu ao FUNRESPOL, lei aprovada por esta Casa, cujos benefícios o Paraná inteiro está sentindo, através do reequipamento da Polícia, de novos veículos espalhados em todos os Municípios do Estado. Quero fazer justiça a V. Exa. porque sou testemunha de seu interesse, de seu trabalho e de sua preocupação porque presenciei a audiência que V. Exa. teve com o Governador do Estado, quando V. Exa. abordava este assunto há mais de sessenta dias. Portanto, bem antes da reportagem que tivemos oportunidade de verificar em nossa imprensa, do Dr. Renato Requião. V. Exa. já estava preocupado em levar a situação ao Governador Parigot de Souza. V. Exa. deve ter sentido, como eu sinto, a preocupação do Governador do Estado reconhecendo esta falha, que muito tem deixado a desejar com relação ao atendimento deste organismo em favor da tranquilidade e paz da família curitibana. Congratulo-me com V. Exa. e faço justiça dizendo, para que a Casa tome conhecimento, de que há sessenta dias atrás V. Exa. levava pessoalmente ao Governador do Estado esta preocupação. E levarei novamente, em razão do Requerimento que foi aprovado por esta Casa, o apelo ao Governador do Estado, que nos prometeu naquela ocasião dar atendimento, através de uma Comissão que estava fazendo os levantamentos e estudos necessários, para que a Polícia Civil tenha vencimentos condignos com o que ela representa para nossa tranquilidade. Congratulo-me com V. Exa. e levarei ao Governador do Estado esta preocupação sua, da Casa, de todos os curitibanos, a fim de que possamos trazer mais um pouco de tranquilidade a nossa gente, ao nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu que agradeço a V. Exa. E, como estava dizendo, acredito na sensibilidade do Sr. Governador Parigot de Souza, porque ela já foi demonstrada muitas vezes em magnos problemas da vida paranaense. Porque lemos, até estarrecidos, as declarações do Sr. Juiz de Di-

reito, quando ele denunciava, há pouco tempo, ao Governo e à opinião pública, a existência de elementos, dentro da Polícia Civil, de conluio com os ladrões de automóveis, iralhavam no sentido de obter nas companhias seguradoras contra roubos de automóveis, um prêmio pela localização dos automóveis furtados. Então o ladrão rouba o carro e diz ao agente que o mesmo se encontra escondido atrás de determinada árvore. E o agente vai, pega o carro e recebe o prêmio da companhia seguradora. Mas, isto é uma minoria insignificante dentro da Polícia Civil. E acredito que esses mesmos sejam premiados pelo salário baixo que não lhes permitem manter os seus orçamentos domésticos.

Mas, para isso há um remédio, existem os atos complementares no sistema vigente e incorporados em nossa Constituição, através dos quais o Governo pode aposentar essa gente que não tem condição de exercer uma função tão importante como a de agente de segurança. Aposentar por força desses atos complementares. Aposentar e abrir concurso público, com salário convidativo, para que ali ingresse a fina flor da mocidade paranaense.

Temos certeza que com esta mudança de mentalidade na Polícia Civil ela vai acompanhar as relevantes funções que lhe está destinada pela sociedade paranaense.

E a campanha desenvolvida pelo advogado Renato Requião e por determinado clube de serviço, não sei de Rotary ou Lions, também é válida. S. Exa. leva ao Governador do Estado uma sugestão para valorização do homem dentro da Polícia Civil. Mas, a meu ver são medidas que demandam tempo, e a população não pode ficar à sanha de ladrões e assaltantes. Urge que o Sr. Governador do Estado ponha cobro a essas irregularidades praticadas na Polícia Civil. Necessário se torna que a Polícia Civil em cooperação com a Polícia Militar, intensifique a "operação arrastão", tão bem recebida pela população curitibana, e que traga, de uma vez para todas, a tranquilidade à nossa população. Porque não é mais possível continuar como estamos, ninguém pode viver, trabalhar, sob esse clima de tensão que estamos vivendo em todo o Estado e principalmente na Capital.

Esperamos que o Sr. Líder do Governo leve a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, as apreensões da família paranaense com relação a essa onda de banditismo que grassa em nossa Capital por pura deficiência humana da Polícia Civil. Porque temos certeza que uma Polícia bem mapeada porá cobro a essas irregularidades e acabará com essa onda de crimes que vai na Capital paranaense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/70, de autoria do Dep. Paulo Poli, cria uma Escola Normal de Grau Secundário no Município de São João do Caiuá. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/72, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telêmaco Borba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/71, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, cidade de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/71, de autoria do Dep. Álvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual no lugar denominado "Vila Casone", na zona nordeste da Cidade de Londrina. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e Contrário da C.I.P. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 134/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no lugar denominado Vila Casone, na Zona Nordeste da cidade de Londrina.

Art. 2.º — As despesas para esta iniciativa correrão por verba consignada na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de julho, de 1971

a) — Deputado Álvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Londrina, por proposição apresentada pelo Vereador José Antônio Del Ciel, acaba de encaminhar ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura, reivindicação no sentido da construção de um Ginásio Estadual na Vila Casone, naquela cidade norte-paranaense. A iniciativa constitui uma solicitação dos moradores daquela Vila, assim como dos parques, jardins e vilas adjacentes, que formam a região mais populosa da cidade, que não conta com um estabelecimento secundário que possa atender as milhares de crianças e jovens com curso primário. Atualmente, esses jovens têm que se deslocar à distância para procurar um ginásio, uma vez que o mais próximo é o "Marcelino Champagnat", na rua Salvador.

É de se ressaltar, ainda, que o referido ginásio poderá atender as Vilas Paglia, Fraternidade, Santa Terezinha, Matarazzo, S. Paulo, Jardins Helena, São Luiz Castelo, Shinzeto, Ideal, S. Lourenço, Oriente, São João, S. Coelho, Kase e Vila Yara que formam a Zona Nordeste, em cuja área se concentra um quarto da população de Londrina e que ainda não recebeu esse importante benefício.

Além dos motivos expostos, com o atendimento dessa reivindicação, o Governo resolveria o sério problema da falta de vagas no ensino médio, motivo de constantes preocupações.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 134/71

PARECER

A finalidade do presente projeto, de autoria do nobre Deputado Alvaro Dias, é a de autorizar o Executivo a criar um Ginásio Estadual, na Vila Casone, em Londrina.

A criação de estabelecimento de ensino, segundo o art. 30, da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino) é de competência do Poder Executivo, por proposta da Pasta competente.

Todavia, nada impede que o delegado popular ofereça ao Executivo a opção da Lei para atender às necessidades educacionais de determinada comunidade. A autorização, neste caso, é perfeitamente compatível com as normas constitucionais que regem a espécie.

Opino pela aprovação, nos termos da decisão da maioria dos membros desta Comissão.

Sala das Comissões, 30-11-71

aa) — Wilson Brandão — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
Muggiati Filho
Arthur de Souza
Sebastião Rodrigues Júnior
Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 134/71

PARECER

1.) Com o presente projeto de lei pretende o nobre Deputado Alvaro Dias autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no lugar denominado Vila Casone no Município de Londrina.

2.) A matéria obteve parecer favorável na douda Comissão de Constituição e Justiça.

3.) No que se refere ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente
Antônio Belinati — Relator
Odilon Reinhardt
Antônio Lopes Júnior
João Fadel
Arizone Araújo

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 134/71

PARECER

Opinamos pela não aprovação do presente Plano de Lei, em face das mudanças havidas na legislação do Ensino no que concerne aos estabelecimentos que ministrarão o Ensino de 1.º e 2.º Grau.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Arizone Araújo

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 241/71, de autoria do Dep. Acyr José, autoriza o Poder Executivo denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux" um estabelecimento de Ensino Primário desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 248/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX" a estabelecimento de ensino primário, sediado na Capital do Estado

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971

JUSTIFICATIVA:

Pouco antes do evento que retirou do convívio nosso, o Arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux, disse ele, referindo-se à missão da Igreja em nossos dias, que ela devia ser apenas e sempre pastoral e evangelizadora. E agora em que está próximo o primeiro aniversário de seu falecimento, quando o tempo já nos dá uma certa perspectiva para analisar a atuação daquele que foi o Pastor da nossa amada Curitiba e de seu Povo, podemos constatar que ele foi sempre dirigida naquele sentido: orientar, para que todos tivéssemos consciência de nossa responsabilidade perante os destinos da comunidade; e evangelizar para que cada um de nós sentisse a glória de ser filho de Deus.

E essa orientação, e essa evangelização, DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX as empreendeu, sempre, no âmbito escolar, no convívio diário com as crianças que ele sabia amar paternalmente, com toda força de seu amor cristão. A vida de DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX foi sempre um dedicar-se contante à criação de escolas. Deixou-se em todos os níveis. Sua obra na consolidação da Universidade Católica do Paraná foi de uma clareza verdadeira apostólica, sua enérgica decisão na implantação do Pequeno Cotolengo em Curitiba, abriu para crianças e adultos das mais modestas condições econômicas, possibilidades imensas de integração comunitária.

As inúmeras escolas primárias que colocou em funcionamento dos distritos de Santa Felicidade, São Brás e Umbará, são atestado permanente de sua preocupação com a educação de nossas crianças.

E no entanto, quem tanto fez pelo Ensino de nosso Estado, ainda não teve seu nome escrito para a posteridade através da denominação de um estabelecimento escolar.

Entendemos ser mais que tempo para que o Povo aqui representado preste essa homenagem à memória e a obra de D. Manuel da Silveira D'Elboux,

o que, certamente assim o entenderão os nobres Deputados, por ser a iniciativa um ato de justiça àquele que tanto deu de si em favor de nossa cidade, dando-lhe seu honroso e indispensável apoio.

a) Dep. Acyr José

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 248/71

AUTOR: Dep. Acyr José

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux" estabelecimento de ensino.

PARECER

1) — Com o presente plano de lei pretende seu autor que o Poder Executivo seja autorizado a denominar "DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX" estabelecimento de ensino primário, sediado nesta Capital.

2) — A medida proposta tem inteira oportunidade, pois visa a prestar justa e merecida homenagem à memória e a obra de Dom Manuel da Silveira D'Elboux.

3) — Não havendo qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Emílio Carazzai
Paulo Camargo
Maurício Fruct
Santos Lima
Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 248/71

O presente plano de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, a denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux", estabelecimento de ensino primário, sediado nesta Capital.

A justificativa do nobre autor da proposição nos convence plenamente da iniciativa em tela, pois visa homenagear à memória do inesquecível Arcebispo Metropolitano de Curitiba Dom Manuel da Silveira D'Elboux.

Opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em
aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente
Arizone Araújo — Relator
Cândido M. de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282/71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo denominar Acyr José, um dos Grupos Escolares desta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 282-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a denominar Acyr Hafez José um dos Grupos Escolares da Capital.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971

a) Dep. Mauricio Fruct.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, pelo fato de ser o nome de Acyr José, já uma legenda na vida política de Curitiba.

A sua morte, prematura, ceifada por mão assassina, deixou uma lacuna difícil de ser preenchida e tolheu uma carreira política promissora, iniciada na Câmara Municipal da Capital do Estado.

O falecido deputado Acyr Hafez José, nasceu em Curitiba no dia 2 de março de 1934 e foi casado com Dna. Georgette Cury José, deixando dois filhos menores.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, iniciando sua vida pública como funcionário do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, onde, após, a seguidas promoções foi guindado ao cargo de diretor da Prisão Provisória do Ahu.

Em 1964, elegeu-se vereador, reelegendo-se em 1968, com expressiva votação, a maior dentre os concorrentes. Durante três períodos presidiu a Câmara Municipal de Curitiba, deixando uma folha de serviços inimitável.

A sua morte tirou do convívio público, um homem que soube dignificar os cargos que ocupou, constituindo-se em um exemplo de trabalho, esforço e sacrifício em prol da coletividade, que deve ser perpetuado pelo povo de Curitiba e do Paraná servindo de incentivo às futuras gerações interessadas no desenvolvimento de nossa Nação, razão pela qual, confiamos na aprovação do plano em tela.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 282-71

O nobre Deputado Mauricio Fruct, quer autorizar o Poder Executivo a conferir o nome do finado parlamentar Acyr Hafez José a um dos Grupos Escolares da Capital.

A justificativa oferece dados biográficos da personalidade do jovem político paranaense, de modo a demonstrar o indiscutível merecimento do homenageado e a justiça da homenagem.

Associo-me à feliz idéia e por sobre a circunstância de ser a iniciativa permitida pela Constituição, concedo meu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Paulo Camargo — Relator
Ovídio Franzoni
Luiz Roberto Soares
Cândido M. de Oliveira
Santos Lima
Emílio Carazzai
Arizone Araújo

Comissão de Instrução Pública
PROJETO DE LEI N. 282-72

PARECER

I — Através do presente pretende o nobre Deputado Maurício Fruet, denominar Acyr Hafez José, um dos Grupos Escolares da Capital.

II — Sobre este plano de lei, já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

III — Nada mais nobre e feliz a iniciativa do autor, que pretende homenagear tão ilustre homem público, desaparecido prematuramente, o qual deixou inestimáveis serviços prestados à coletividade paranaense.

IV — Pela oportunidade e justiça de que se reveste o Projeto, somos pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio L. Júnior — Presidente
Candido M. de Oliveira — Relator
Arizone Araujo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 126-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 34-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes ns. 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 126-72

MENSAGEM 34-72

Curitiba, 28 de julho de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.s 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital e com as dimensões e confrontações que especifica.

O imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe a essa Augusta Assembléia Legislativa é o que, durante longo espaço de tempo foi ocupado pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado, órgão esse que hoje funciona em prédio próprio, recentemente inaugurado.

Através do Departamento do Patrimônio do Estado foram realizados estudos relativamente à possibilidade de reforma e adaptação do antigo prédio das oficinas da Imprensa Oficial, a fim de que o mesmo pudesse sediar outra Repartição Pública. Entretanto, as conclusões de tais estudos foram no sentido da alienação do referido imóvel, tendo em vista que, por tratar-se de edificação completamente obsoleta, sua reforma seria antieconômica e desaconselhável. Por outro lado, sendo o questionado imóvel localizado na parte central da cidade e por isso de valor bastante elevado, a alienação consultiva plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, com os recursos advindos, poderão ser adquiridos novas e maiores áreas junto ao Centro Cívico, local indiscutivelmente mais adequado para edificações destinadas a sediar órgãos estaduais.

Merece ressaltar, ainda, que, conforme prevê o anexo anteprojeto de lei, a alienação objetivada será precedida da necessária avaliação e do preenchimento de todas as formalidades exigidas pela Legislação Federal pertinente às licitações.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as demais formalidades legais, alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.s 21 e 22 da Planta Praça Santos Andrade, medindo 36,87m (trinta e seis metros e oitenta e sete centímetros) de frente para a rua Conselheiro Laurindo, fazendo esquina com a Rua Marechal Deodoro, em cuja frente mede 24,07m (vinte e quatro metros e sete centímetros) com a área total de 940,00 m² (novecentos e quarenta metros quadrados) aproximadamente, contendo um prédio em alvenaria de tijolos, coberto de telhas, bastante antigo, adquirido conforme transcrição n. 32.135, do livro 3 M, da 3.a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 126-72

SUMULA: Mensagem Governamental n. 34-72, que visa autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.s 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital e com as dimensões e confrontações que especifica.

PARECER

O Projeto de Lei ora em exame, tem suas raízes na Mensagem Governamental n. 34-72 e visa o Poder Executivo a alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.s 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital e com as dimensões e confrontações que especifica.

O imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe pelo presente Projeto de Lei é o que, durante longo tempo, foi ocupado pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado, hoje funcionando em prédio próprio recentemente inaugurado.

Conforme justifica a referida Mensagem Governamental, foram realizados estudos relativamente à possibilidade de reforma e adaptação do antigo prédio das Oficinas da Imprensa Oficial, a fim de que o mesmo pudesse sediar outra Repartição Pública, concluindo-se, tendo em vista que, por tratar-se de edificação

completamente obsoleta, sua reforma seria anti-econômica e desaconselhável, optando-se no sentido da alienação do mesmo.

Ressalte-se, ainda, que, sendo o questionado imóvel localizado na parte central da cidade e por isso de valor bastante elevado, a alienação consultiva plenamente aos superiores interesses da Administração e que a mesma será precedida da necessária avaliação e do preenchimento de todas as formalidades exigidas pela Legislação Federal pertinente às licitações.

Pela aprovação do Projeto de Lei n. 126-72.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente
Emílio Carazzini — Relator
Bursari Neto
Paulo Carraço
Igo Losso
Cândido M. de Oliveira
Ovidio Franzoni.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 126-72

PARECER

1.) Visa o presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 34-72, autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.s 21 e 22 da Planta Santos Andrade, com frente para a Rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital e com as dimensões e confrontações que especifica.

2.) Sobre a referida proposição já pronunciou-se favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3.) Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer, razão pela qual somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
Jorge Sato — Relator
Otilon Reinhardt
David Federmann
João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laura Goreski. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dailia Walger. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Roseli Garcia Bastos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adla Abujunra Nacli. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lida da Tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Antonio Afonso da Silva, Presidente da GEFOFA, no sentido da nomeação de um Veterinário para atender o setor de Cornélio Procopio ou, sejam credenciados os Veterinários da CAFAP, para expedição do Certificado de Inspeção Animal, a fim de normalizar o transporte bovino de um Estado para outro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Candido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 175-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que determine providências para a instalação de um transformador no Distrito de Santo Antonio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente solicitando seja encaminhado Expediente ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de serem fornecidos meios financeiros à Federação Paranaense de Basquete, a fim de que a Seleção Estadual daquela modalidade esportiva possa se fazer presente no Campeonato Brasileiro de Basquete. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente contendo apelo ao Sr. Ministro do Interior, à Embratur e à Paranatur, no sentido de que tais órgãos dispensem ao litoral paranaense uma atenção especial, na medida da importância turística que representa e com a presteza que a situação de marginalidade está a exigir. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social, no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalação de uma agência daquela autarquia no Município de Faxinal. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.s 307-70, 15-71, 20-71, 130-71, 187-71 e 251-71.

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 18-71 e 128-71

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 248-71, 282-71 e 126-72.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 72-70, 23-72, 24-72, 32-72 e 61-72. Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 283-72

O Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n. 7.618-72, de 28 de setembro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Designar, na forma que especifica, os funcionários adiante indicados, da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1973 e o Orçamento Plurianual de Investimentos para os exercícios de 1.973, 1.974 e 1.975, percebendo gratificação especial de acordo com o Art. 172, alínea VI, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

COORDENADOR GERAL
Antonio Gebran

ASSESSORES
Fausto Luiz Abry
Manoel F. Maia Júnior
Francisco A.R. da Costa Neto

DIRETOR DO D.L.
José Tavares do Canto Filho

DIRETOR DO D.F.C.P.
Edgar Távora Júnior

SECRETÁRIOS
Elcy Silva Batista
Alberto Carazzai Neto

DIAGRAMADORES
Ronaldo Baptista
Juarez Gonçalves

DATILÓGRAFOS
Agildes Oliveira Martins
Aimoré Od Rocha
Antonio Carlos Dantas
Eleovan Cesar Ribeiro
Lóris Cordeiro de Barros
Blumer Bosquilia
Williams Romanzini
Carlos Douglas Bukowski
Ophir Fabelino Souza
Ivo Gusso
Sergio Valério Antunúcio
Raimundo Pioli
Luiz Carlos Molinari
Antonio Anibelli
José de Arimathea Cleto

IMPRESSORES
Jair Cordeiro
José Chechelinski
João Cruz

AUXILIARES
Antonio Carneiro
Antonio Gulbino
Raul Zipperer
Luiz Alberto Cassal
José Guilhermino Filgueiras
João Caxias Urban
Manoel Aguiar Filho
Francisco Dranka
Luiz Ruppel Bittencourt
Hilda Guimara Arguelo
Rui Ribas de Oliveira
Esmérges de Menezes Caldas
Gabriel Luiz Francheschi

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de outubro de 1972.

a) IVO THUMAZONI — 1.º Secretário

PORTARIA N. 284-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.015, de 11 de outubro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Cesar Augusto Leoni, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 18 de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de outubro de 1.972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 285-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 7.996, de 11 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Floripes Alves Boschi, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 11 de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de outubro de 1.972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 286-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.077, de 12 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Hilton Ronald Alice, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao ano de 1.972, a partir de 15 de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral em 17 de outubro de 1.972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 287-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.030, de 11 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar Ismar Delagassa Passos, Luiz Fernando Martins Kosop e Silvio Sebastiani, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para participarem do I Congresso Nacional dos Servidores Cíveis do Brasil, a ser realizado em São Paulo, de 22 a 28 de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1.972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 288-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.129, de 16 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Oleni Ferreira de Lima, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de licença, para acompanhar tratamento de sua genitora.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1.972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 28a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado A. Maciel Filho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 307-70 — autor deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, no Mun. de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. PROJETO DE LEI N. 15-71 — autor deputado Gilberto Carvalho, que transfere ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da estrada de Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 20-71 — autor deputado Gilberto de Carvalho, que cria uma Inspeção Regional de Ensino em São Pedro do Ivaí. PROJETO DE LEI N. 130-71 — autor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Mun. de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1972. PROJETO DE LEI N. 187-71 — autor deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello e Sarto Fé. PROJETO DE LEI N. 251-71 — autor deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a construir através da S.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio de Andrianópolis, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 253-71 — autor deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através dos órgãos próprios do Estado, uma casa escolar no Distrito de Colônia Faria, Mun. de Colombo. PROJETO DE LEI N. 263-71 — autor deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cérro Azul. PROJETO DE LEI N. 269-71 — autor deputado Arizone Araujo, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n. 4.302, de 23-12-60. PROJETO DE LEI N. 270-71 — autor deputado Wilson Fortes, que denomina Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o atual Ginásio Estadual de Guairacá. PROJETO DE LEI N. 36-72 — autor deputado Domicio Scaramella, que declara de utilidade pública o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória. PROJETO DE LEI N. 56-72 — autor deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Mun. de Toledo uma motoniveladora marca Huberwarco, pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Soto-Maior, secretário desta Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 307-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 2.º — A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos dos respectivos cursos.

Parágrafo único — O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por esta lei.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento da Faculdade referida no artigo primeiro.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 15-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferido ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da entrada Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios de Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 20-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Are. 1.º — Fica criada a Inspeção Regional de Ensino de São Pedro do Ivaí, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 130-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Município de Quitandinha, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 187-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 251-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Obras Públicas, edifício para o funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 253-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através do Órgão Próprio do Estado, uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 263-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Céro Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 269-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Ester de Oliveira Ribas, pela Lei n. 4.302, de 23 de dezembro de 1.960, publicada no Diário Oficial do Estado n. 236, de 24 de dezembro de 1.960.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento do Estado.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 270-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o atual Ginásio Estadual de Guairaçá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 36-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 56-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora marca Huberwarco, número de fabricação OM 326913-80, L, pertencente, por transferência consignada no Decreto n. 16.889, de 26 de janeiro de 1.965, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

(aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL FILHO e SANTOS LIMA — Relatores

Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal

Divisão de Contabilidade

Secção de Contabilidade Geral

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO NO TERCEIRO TRIMESTRE: SETEMBRO DE 1972
S I S T E M A O R Ç A M E N T Á R I O

A T I V O

10 ORÇAMENTO DA DESPESA
101 ORÇAMENTO DA DESPESA COM PREVISÃO
101.101 Créditos Orçamentários

29.799.745,00

29.799.745,00

29.799.745,00

P A S S I V O

11 DESPESA AUTORIZADA
111 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES AUTORIZADOS
111.1 DESPESAS CORRENTES
111.11 DESPESAS DE CUSTEIO
111.111 Pessoal Civil
111.111.1 Vencimentos e Vantagens Fixas
111.111.2 Despesas Variáveis com o Pessoal

13.113.511,00

5.155.956,00

18.269.467,00

111.112 Material de Consumo
111.113 Serviços de Terceiros
111.114 Encargos Diversos
111.115 Despesas de Exercícios Anteriores

540.520,00

666.900,00

725.000,00

100.000,00

2.032.420,00

111.12 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
111.121 Subvenções Sociais

2.780.000,00

2.780.000,00

111.122 Transferências de Assistência e Previdência Social
111.122.1 Inativos
111.122.2 Pensionistas
111.122.3 Salário Família
111.123 Contribuições de Previdência Social

2.131.894,00

185.832,00

266.580,00

2.584.306,00

282.402,00

282.402,00

25.948.595,00

111.2 DESPESAS DE CAPITAL
111.21 INVESTIMENTOS
111.211 Equipamentos e Instalações
111.212 Material Permanente

857.100,00

594.050,00

1.451.150,00

111.22 INVERSÕES FINANCEIRAS
111.221 Aquisições de Imóveis

400.000,00

400.000,00

111.23	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
111.231	Auxílio para Obras Públicas			
		2.000.000,00	2.000.000,00	3.851.150,00
	SISTEMA FINANCEIRO	SOMA DO PASSIVO		29.799.745,00
	A T I V O			
20	ATIVO FINANCEIRO			
201	DISPONIVEL			
201.1	Tesouraria	3.699.376,21	3.699.376,21	
202	EXECUÇÃO DA DESPESA			
202.1	CRÉDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES			
	DESPESAS CORRENTES			
202.11	DESPESAS DE CUSTEIO			
202.111	PESSOAL CIVIL			
202.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas	7.854.108,33		
202.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	3.175.216,38		
202.112	Material de Consumo	230.114,84		
202.113	Serviços de Terceiros	359.159,75		
202.114	Encargos Diversos	435.084,44		
202.115	Despesas de Exercícios Anteriores	46.410,17		
202.12	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
202.121	Subvenções Sociais	2.106.770,00		
202.122	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
202.122.1	Inativos	1.268.270,83		
202.122.2	Pensionistas	141.100,35		
202.122.3	Salário Família	141.915,65		
202.13	DESPESAS DE CAPITAL			
202.13	INVESTIMENTOS			
202.131	Equipamentos e Instalações	255.327,59		
202.132	Material Permanente	124.418,87	16.137.897,20	19.837.273,41
	P A S S I V O			
21	PASSIVO FINANCEIRO			19.837.273,41
211	LIBERAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA			
211.1	PESSOAL			
211.101	Despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas	7.990.000,00		
211.102	Despesas Variáveis com o Pessoal	3.280.000,00		
211.103	Inativos	1.300.000,00		
211.104	Pensionistas	150.000,00		
211.105	Salário Família	150.000,00		
211.2	OUTRAS DESPESAS			
211.201	Material de Consumo	253.192,30		
211.202	Serviços de Terceiros	365.000,00		
211.203	Encargos Diversos	485.000,00		
211.204	Despesas de Exercícios Anteriores	55.000,00		
211.205	Subvenções Sociais	2.455.000,00		
211.206	Equipamentos e Instalações	350.000,00		
211.207	Material Permanente	175.000,00		
211.209	Auxílio para Obras Públicas	300.000,00	17.308.192,30	
212	DESPESAS EMPENHADAS			
212.1	GABINETES — Passagens, Transportes de Pessoas, etc...			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	306,53		
—C—	Segunda Secretaria	935,92		
—D—	Administração		12,03	
		6.277,50	7.531,98	
	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	1.029,97		
—C—	Segunda Secretaria	1.639,16		
—D—	Administração	666,33		
			5.079,10	8.414,56
	REPRESENTAÇÕES, FESTIVIDADES, etc...			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	16.352,17		
—C—	Segunda Secretaria	10.991,51		
—D—	1.ª Vice-Presidência	20.583,06		
—E—	2.ª Vice-Presidência	1.890,10		
—F—	3.ª Secretaria	6,08		
—G—	4.ª Secretaria	104,75		
—H—	ARENA	6.825,00		
—I—	M.D.B.	2.018,76		
—J—	Administração e Deputados	1.918,26		
		49.930,67	110.420,36	
	INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	362,00		
—C—	Segunda Secretaria	3.468,00		
		9.620,00	13.450,00	
	INSTITUIÇÕES DE ASSISTENCIA SOCIAL			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	30,00		
—C—	Segunda Secretaria	15.650,00		
		17.275,00	32.955,00	
	INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	37,00		
—C—	Segunda Secretaria	6.928,00		
		6.500,00	13.465,00	
	ASSISTENCIA SOCIAL			
—A—	Presidência			
—B—	Primeira Secretaria	402,32		
—C—	Segunda Secretaria	85,96		
—D—	1.ª Vice-Presidência	177,73		
—E—	2.ª Vice-Presidência	197,19		
—F—	3.ª Secretaria	61,72		
—G—	4.ª Secretaria	860,34		
—H—	ARENA	6.423,17		
—I—	M.D.B.	4.037,50		
		1.000,00	13.245,93	

212.1	Credores Diversos		155.494,14	354.976,97	
213	DESPESAS PROCESSADAS				
213.1	Credores por Despesas Processadas		26.253,03		
213.2	FOLHAS DE PAGAMENTO				
213.205	Maio	89,00			
213.208	Agosto	1.090,30			
213.209	Setembro	178.179,60	179.358,90		
213.32	RESTITUIÇÕES				
213.302	Vencimentos Retidos		4.007,02	209.618,95	
215	CONTAS PENDENTES				
215.102	Outras Contas Pendentes	7.757,68			
215.301	Restituições de Vencimentos	1.025,80			
215.302	Lelington Lobo Franco	1.995,79	10.779,27	10.779,27	
216	RESTOS A PAGAR				
216.101	Restos a Pagar Empenhados	1.869.409,73			
216.102	Restos a Pagar Processados	1.813,39	1.871.223,12	1.871.223,12	
217	CREDORES EM CONSIGNAÇÃO				
217.108	Cooperativa Mixta dos Servidores do Estado Ltda.		128,91		
217.117	Pensão Judicial		2.508,11		
217.122	Cabenele		79.844,78	82.482,80	19.837.273,41

SOMA DO PASSIVO

19.837.273,41

SISTEMA PATRIMONIAL

ATIVO

30	ATIVO PATRIMONIAL				
301	PRÓPRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO				
PARANÁ					
301.2	BENS MÓVEIS				
301.201	MAQUINAS				
301.201.1	Máquinas de Escritório		245.891,54		
301.201.2	Máquinas de Oficina		37.653,00	283.544,54	
301.202	VEÍCULOS				
301.202.1	Automóveis		383.939,12		
301.202.2	Ambulâncias		64.850,98	448.790,10	
301.203	APARELHOS				
301.203.1	Aparelhos Técnicos e Científicos		13.680,00		
301.203.2	Aparelhos Telefônicos		78.898,15		
301.203.3	Aparelhos de Oficina		17.410,00		
301.203.4	Diversos		91.431,50	201.419,65	
301.205	MÓVEIS				
301.205.1	Móveis de Madeira		265.876,78		
301.205.2	Móveis de Aço		142.176,40	408.053,18	
301.206	UTENSÍLIOS				
301.206.1	Utensílios Técnicos e Científicos		40,00		
301.206.2	Utensílios de Copa e Cozinha		5.597,25		
301.206.3	Diversos		1.611,75	7.249,00	
301.207	INSTALAÇÕES				
301.207.1	Instalações de Madeira		14.890,00		
301.207.2	Instalações Elétrica		2.355,00	17.245,00	
301.208	OBJETOS DE ARTE				
301.208.1	Objetos Artísticos		33.443,35		
301.208.2	Bandeiras		1.160,44	34.603,79	1.400.905,26

SOMA DO ATIVO

1.400.905,26

PASSIVO

31	PASSIVO PATRIMONIAL				
311	SALDO PATRIMONIAL				
311.1	Ativo Real			1.400.905,26	1.400.905,26

SOMA DO PASSIVO

1.400.905,26

SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

ATIVO

50	ATIVO COMPENSADO				
501.1	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS				
501.102	RESPONSÁVEIS POR ORDEM DE ADIANTAMENTO				
501.103	Antonio Massuchetto		1.000,00		
501.104	José de Arimathea Cleto		10.000,00		
501.105	Francisco Dranka		10.000,00		
501.107	Ivo Thomazoni		33.750,00		
501.108	Wilson F. Fortes		38.750,00		
501.109	Antonio F. F. da Costa Filho		33.750,00		
501.110	Nelson Buffara		33.750,00		
501.111	Quiélse Crisóstomo da Silva		33.750,00		
501.112	Domicio Scaramella		33.750,00		
501.113	Rosário Pitelli		33.750,00		
501.115	Analdio Pereira Lima		33.750,00		
501.116	Alvaro Dias		33.750,00		
501.117	Antonio Belinati		33.750,00		
501.118	Antonio Lopes Junior		33.750,00		

501.119	Antonio Maciel	33.750,00		
501.120	Arizone Araújo	33.750,00		
501.121	Armando Queiroz de Moraes	33.750,00		
501.122	Arthur G. de Souza	33.750,00		
501.123	Basílio Zanusso	33.750,00		
501.124	Borsari Neto	33.750,00		
501.125	Cândido Martins de Oliveira	33.750,00		
501.126	David Federmann	33.750,00		
501.127	Emílio Carazzai	33.750,00		
501.128	Erondy Silvério	33.750,00		
501.129	Fabiano Braga Côrtes	33.750,00		
501.130	Francisco Escorsin	33.750,00		
501.131	Fuad Nacli	33.750,00		
501.132	Gabriel Manoel	33.750,00		
501.133	Gilberto Carvalho	33.750,00		
501.134	Helio Manfrinato	33.750,00		
501.135	Igo Losso	33.750,00		
501.136	João Fadel	33.750,00		
501.137	João Mansur	33.750,00		
501.138	Jorge Sato	33.750,00		
501.139	Leopoldo Jacornel	33.750,00		
501.140	Luiz Roberto Nogueira Soares	33.750,00		
501.141	Marciano Baraniuk	33.750,00		
501.142	Maurício Fruet	33.750,00		
501.143	José Muggiati Filho	33.750,00		
501.144	Nivaldo Krüger	33.750,00		
501.145	Odilon Reinhardt	33.750,00		
501.146	Ovidio Franzoni	33.750,00		
501.147	Paulo Camargo	33.750,00		
501.148	Paulo Poli	33.750,00		
501.149	Pinto Dias	33.750,00		
501.150	Sebastião Rodrigues Junior	33.750,00		
501.151	Santos Lima	33.750,00		
501.152	Wilson Brandão	33.750,00		
501.153	Xencfonte Villanueva	33.750,00		
501.154	Heitor Gurgel do Amaral Valente	2.242,32		
501.155	Lázaro Dumont	33.750,00	1.614.492,32	1.614.492,32
SOMA DO ATIVO				1.614.492,32
PASSIVO				
51	PASSIVO COMPENSADO			
511	CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
511.1	Por Ordem de Adiantamento		1.614.492,32	1.614.492,32
SOMA DO PASSIVO				1.614.492,32

VISTO:

EDGARD TAVORA JUNIOR — Diretor do D.F.C.P.
 AIMORÉ OD ROCHA — Contador Geral
 JOSE PAULO ORTH — Chefe Divisão Contabilidade
 GABRIEL LUIZ FRANCESCHI — Chefe Secção Contabilidade Geral